

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.009

A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SURDOS ACERCA DA SUA PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS ACADÊMICOS

Jenipher Alyssa de Lima Silva¹

Andreza Vidal Bezerra²

Flávia Roldan Viana³

Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães⁴

RESUMO

Quando observamos a trajetória histórica da humanidade, percebemos que as pessoas surdas foram excluídas dos diversos ambientes da sociedade. Graças a um movimento político em busca de direitos substanciais para uma vida equânime, conquistaram, entre outros, o direito à educação (Campello, Rezende, 2014; Maior, 2017). Entretanto, observa-se que, ainda na hodiernidade, pessoas surdas perpassam por inúmeras barreiras que limitam suas possibilidades de participação no âmbito da Educação Superior (Guimarães, Borges, Petten, 2021; Leandro, 2023). Nesse sentido, objetivamos com o presente estudo, analisar, por meio das perspectivas dos estudantes surdos, como ocorre a sua participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

- 1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, jenipher.alysa2@gmail.com;
- 2 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, andrezavidal@hotmail.com;
- 3 Professora do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, flaviarviana.ufrn@gmail.com;
- 4 Professora do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, ritam.ppgedufrn@gmail.com.

Para tal feito, pautamo-nos na abordagem qualitativa, utilizando como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de pesquisas já publicadas, as quais foram analisadas à luz dos referenciais teóricos do campo de Estudos Surdos. Os resultados apontam que alguns docentes não utilizam a Libras, a qual é essencial para o processo de aprendizagem, como também carecem de conhecimentos e compreensão acerca das singularidades educacionais e potencialidades do discente surdo. Além disso, o discente surdo pouco recebe informação relacionada aos programas de pesquisa e extensão, o que contribui para o desinteresse de tais discentes em participar de projetos acadêmicos. O estudo conclui que, apesar dos avanços nas políticas linguísticas e educacionais, há discrepância entre a realidade educacional desses estudantes na Educação Superior brasileira em comparação com o que propõem os documentos que versam sobre a inclusão e acessibilidade desses estudantes.

Palavras-chave: Educação Superior, Discente Surdo, Participação.

INTRODUÇÃO

Ao decorrer da história da humanidade, as pessoas surdas foram, de diferentes maneiras, excluídas dos mais variados ambientes da sociedade. Contudo, graças a um intenso movimento político em busca de direitos substanciais para uma vida digna, conquistaram, entre outros, o direito à educação (MAIOR, 2017; CAMPELLO, REZENDE, 2014).

Outro ponto relevante a ser destacado é o aumento de matrículas de discentes surdos na etapa da Educação Superior (LEANDRO, 2023). Esse fato não apenas aponta sobre a importância de discussões sobre a temática, mas, sobretudo, evidencia que, ao disponibilizar instrumentos que assegurem o acesso em igualdade de oportunidades, tais estudantes são capazes de realizar e conquistar seus objetivos.

Ao avaliar as políticas de inclusão e acessibilidade da Universidade Federal do Cariri (UFCA) direcionadas aos educandos surdos e/ou com deficiência auditiva, destacando sua eficácia no acesso, permanência, participação e aprendizagem, Leandro (2023) nos revela que, apesar dos avanços, ressalta-se a necessidade de fortalecer as práticas de inclusão, a fim de tornar a universidade um espaço mais inclusivo. Recomenda ainda o desenvolvimento de políticas mais robustas e estudos interdisciplinares para promover uma inclusão eficaz e contínua, reconhecendo a importância das políticas públicas e pesquisas científicas nesse contexto.

Nesse sentido, refletir a respeito das políticas e estratégias metodológicas que assegurem não apenas o acesso, mas também a participação, permanência e aprendizagem de estudantes surdos na Educação Superior, surge como uma ação de extrema relevância e urgência porque, apesar do direito a uma educação de qualidade assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), ainda inúmeros são os entraves que dificultam o percurso educacional desses sujeitos, abrangendo desde a educação básica até a Educação Superior (GUIMARÃES; BORGES; PETTEN, 2021).

Em um artigo de autoria de Reily e Oliveira (2015), revela-se a importância do acesso e participação de estudantes surdos em um projeto de extensão ofertado pela Universidade. No contexto do referido estudo, a pretensão foi explorar como a música pode ser acessível e significativa para esses discentes, promovendo a conscientização sobre conceitos musicais, tipos de instrumentos e representação coletiva de notações musicais. Os resultados apontam que os discentes surdos, apesar de inicialmente expressarem sentimentos de incapacidade e resistência ao serem convidados a participar, engajaram-se nas atividades propostas, promovendo a valorização, participação e exploração de maneiras acessíveis de desfrutar as vivências musicais.

Ao verificar o impacto da extensão universitária na comunidade surda por meio de projetos desenvolvidos pela Universidade Federal do Pará (UFPA) entre 2016 e 2021, Paixão e Carvalho (2022), identificaram 19 projetos pensados para essa comunidade após uma revisão de mais de 1.900 iniciativas. Os projetos abordam temas como Educação, Saúde, Comunicação e Tecnologia, e Produção, visando promover a inclusão, contribuindo, por meio da conscientização, uma formação de qualidade para os profissionais surdos.

No contexto deste estudo, focamos em questões que versam sobre a participação de estudantes surdos sinalizantes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em projetos acadêmicos. Isso se justifica por acreditarmos que mais do que tão somente ingressar no cenário da Educação Superior, faz-se necessário experienciar os variados espaços propostos pela universidade, o que se apresenta como crucial para o desenvolvimento acadêmico dos discentes e ambientes nos quais estão inseridos.

Assim, o presente artigo objetiva analisar, por meio das perspectivas dos estudantes surdos, como ocorre a sua participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, adotamos como metodologia uma pesquisa bibliográfica realizada na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Para uma compreensão mais aprofundada dos conceitos fundamentais deste estudo, iniciaremos com uma breve apresentação da tríade universitária e sua relevância para a formação acadêmica de estudantes surdos na Educação Superior. Na seção subsequente, detalharemos o percurso metodológico adotado para a condução da pesquisa, seguido pela análise e discussão dos resultados. Concluiremos com algumas considerações das autoras sobre as revelações decorrentes deste estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sabe-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) se caracterizam como um lócus fértil na produção do conhecimento científico. Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1996) em seu Art. 43, podemos destacar entre as finalidades da Educação Superior:

- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VI. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996, cap. IV, art. 43).

Em consonância com o postulado na Lei supramencionada, acreditamos que se faz necessário além de um desenvolvimento eficaz de conceitos e métodos inovadores, publicizar e transpor os achados adquiridos através do processo de ensino e aprendizagem, bem como das pesquisas desenvolvidas, por meio de ações que beneficiem a população.

Nesse sentido, a tríade ensino, pesquisa e extensão se revela como uma saída viável no sentido de reverberar de maneira sistemática e significativa os fundamentos aprendidos no âmbito da universidade. Assim, a indissociabilidade “[...] é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético.” (CHESANI *et al.*, 2017, p. 453).

Além disso, o acesso à tríade por parte de estudantes universitários é imprescindível, posto que a sua participação nestas atividades pode trazer uma série de benefícios para a própria formação tanto acadêmica quanto profissional.

De acordo com Mascarenhas (2021, p. 121):

[...] a riqueza do aprendizado possibilitada pelo acesso à pesquisa científica, o compartilhamento das diferentes formas de saber e o fortalecimento da dimensão social da educação através da extensão, e o acesso à mediação do aprendizado através da atividade docente, seja nas aulas ou em atividades de iniciação à docência, produzem um impacto inegavelmente positivo na formação acadêmica dos/as estudantes. Estes impactos podem ser atestados pela autoavaliação do aprendizado, pelo desempenho acadêmico, na própria avaliação sobre o acesso ao tripé, entre outros aspectos abordados nesta pesquisa.

No que se refere aos estudantes surdos, o acesso à educação bilíngue no âmbito brasileiro, que contempla a Libras como língua de instrução, comunicação e interação, devendo ser ensinada como primeira língua (L1) e o português como segunda língua (L2) na modalidade escrita para surdos (QUADROS, 2019), tornou-se um direito por intermédio do Decreto nº 5.626/2005 e reafirmada na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, em seu Art. 28, o qual “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:”, entre outros itens a “IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”.

Ademais, temos a mais recente Lei nº 14.191, publicada em 2021, a qual altera a LDB de 1996, para incluir a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos, entendida como:

(...) modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (BRASIL, 2021, cap. V-A, art. 60-A).

Anteriormente à esta Lei, a educação de surdos fazia parte da modalidade de Educação Especial. Tal direito, o qual é fruto do intenso processo de luta e reivindicações da comunidade surda, deve ser indubitavelmente assegurado em todas as instituições de ensino que compreendam os dois níveis: a Educação Básica e a Educação Superior.

A respeito da Educação Superior, nota-se que documentos orientadores internacionais como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), dos quais o Brasil é signatário, foram determinantes para a construção de Leis, Políticas e Programas substanciais para o processo de inclusão dos discentes com deficiência e surdos na Educação Superior brasileira. A exemplo disso, temos a formulação do Programa Incluir - acessibilidade na educação superior, o qual tem como objetivo:

[...] fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013, p. 3).

Porém, quando trata-se da participação de estudantes surdos, apesar de um substancial marco regulatório brasileiro, inúmeras são as barreiras que dificultam sua atuação, seja em projetos de ensino, pesquisa ou

extensão, sendo um dos principais entraves o comunicacional. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Língua Portuguesa predomina em todos os gêneros discursivos acadêmicos, tais como artigos, resenhas, relatórios, trabalhos de conclusão de cursos, entre outros, o que abre margem para o processo de exclusão educacional dos estudantes surdos, tendo em vista que a língua portuguesa não é a sua primeira língua. Além disso, devido à comunidade acadêmica estar imersa a uma cultura oral e escrita, acaba que a Libras não é priorizada/considerada e, portanto, as necessidades educacionais desse público são indevidamente atendidas, o que descumprimento as determinações legais constantes nas políticas educacionais e linguísticas direcionadas para pessoas surdas.

Entre as determinações legais que versam sobre a Libras no âmbito da Educação Superior, vale destaque o § 2º, Art. 28, da Lei nº 13.146/2015, quando diz: II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

Mais do que tão somente a presença de um tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa, é de suma importância que o profissional, no caso do intérprete de Libras, tenha habilidades específicas e uma boa bagagem linguística e cultural das duas línguas envolvidas para conseguir realizar a mediação entre elas, uma vez que o profissional ocupa o lugar enquanto mediador linguística e cultural (ALBRES; RODRIGUES, 2018).

O tradutor-intérprete atua na fronteira entre os sentidos da língua de origem e da língua alvo, com os processos de interpretação relacionando-se com o contexto no qual o signo é formado. O sentido do enunciado é construído na interação verbal, e é atualizado no contato com outros sentidos, na relação estabelecida entre interlocutores. A interpretação é um processo ativo, que procede de sentidos que se encontram, existindo, apenas, na relação entre sentidos, como um elo numa cadeia de sentidos. Pode-se dizer assim que a interpretação se revela na multiplicidade de sentidos existentes (LACERDA, 2000, p. 6).

Entretanto, nas escolas e até mesmo nas universidades é comum haver confusão acerca do papel do profissional intérprete de Libras/Língua Portuguesa que, além de interpretar, também é responsável pelo ensino de conteúdos e de transmissão de conhecimentos aos discentes surdos. Contudo, Lacerda (2003, p. 127) adverte que:

[...] o papel de educador/ professor não pode recair sobre o intérprete, já que seu papel principal é interpretar. O intérprete não pode ser responsável pela aquisição de conhecimentos do aluno.

Assim, é crucial entender como o letramento acadêmico do estudante surdo deve ser desenvolvido. Neste contexto, Fernandes e Moreira (2017) salientam que o letramento acadêmico para estudantes surdos deve ser baseado em uma concepção de letramento que dá centralidade à experiência visual no processo de apropriação de conhecimento pelos estudantes, entendendo-os enquanto sujeitos de minoria linguística e cultural.

Nesta perspectiva, gestores, docentes, técnicos administrativos, enfim, toda a comunidade acadêmica, deve compreender e respeitar as necessidades educacionais desses estudantes. Para tanto, a Libras deve ser valorizada, ao compreender que nem sempre a língua portuguesa é a língua de conforto desses estudantes.

Assim, esta parcela da comunidade pode sentir-se acolhida e instigada a participar de atividades acadêmicas, como os projetos de ensino, pesquisa e extensão, a partir dos quais podem proporcionar o enriquecimento do conhecimento, do currículo e, inclusive, permite aperfeiçoar a escrita dos trabalhos científicos em Língua Portuguesa.

Vale mencionar que a Lei nº 14.191/2021, a qual altera a LDB para dispor sobre a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos, constata-se, por meio do art. 79-C, § 3º do inciso IV, que:

Na educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas efetivar-se-á

mediante a oferta de ensino bilíngue e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais (BRASIL, 2021, cap. V-A, art. 79-C, inciso IV, §3º).

A partir desse princípio, nos impele a refletir sobre a Educação Bilíngue de estudantes surdos na Educação Superior e, sobretudo, a sua participação nos projetos acadêmicos para além do acesso à Educação Superior, como é comumente discutido nas produções acadêmicas e científicas.

Na seção a seguir, apresentamos os caminhos metodológicos para a concretização do presente estudo.

METODOLOGIA

São diversos os caminhos, abordagens e modalidades à disposição para conduzir o desenvolvimento das pesquisas científicas, visando atingir o objetivo do estudo. Assim, correspondendo ao intuito do presente trabalho, utilizamos uma metodologia a qual está ancorada na abordagem qualitativa, caracterizada pela obtenção dos dados descritivos, buscando “[...] compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p. 58).

Pautando-se nesta abordagem, utilizamos, como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica, a qual é feita a partir do levantamento de pesquisas já publicadas por meio de escritos e eletrônicos, “[...] com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta” (FONSECA, 2002, p. 32).

A fim de obter os dados pretendidos, realizou-se uma busca das pesquisas presentes na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para tanto, optamos por empregar os seguintes descritores: (educação superior) OR (ensino superior) AND (participação) AND (surdo) OR (surdez).

Visando a delimitação da pesquisa, ajustando-se ao objetivo deste capítulo, estabelecemos como critério de inclusão, os trabalhos que discutem a temática de interesse do estudo publicados entre os anos de

2018 e 2023 com falas diretas dos discentes surdos. Além disso, estabelecemos como filtro produções em português da área da educação.

A busca na base digital sobredita, apontou o total de 103 achados. Contudo, a partir da leitura prévia dos títulos e, em seguida, dos resumos, aplicando-se os critérios de inclusão, utilizaremos apenas 1 publicação identificada.

Na próxima seção apresentaremos o estudo identificado, analisando as falas dos discentes surdos, a fim de compreender qual sua percepção sobre a participação em projetos acadêmicos à luz dos referenciais teóricos do campo de Estudos Surdos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão das pessoas surdas na Educação Superior tem se configurado como um debate comum e recorrente na atualidade, objetivando buscar meios que viabilizem o acesso desse público à essa etapa de ensino, dando-lhes suportes necessários. Entretanto, sabemos que a inclusão de discentes Surdos está para além do acesso e, sendo assim, não podemos ignorar os aspectos internos concernentes à participação, à permanência e à aprendizagem no seio universitário, que são condições elementares para uma boa formação acadêmica e/ou profissional.

Discorrer acerca da participação de estudantes surdos nas atividades acadêmicas, que consideram suas potencialidades e contribuições para o desenvolvimento do conhecimento científico, constitui-se o foco deste estudo. Compreendemos que a universidade também tem seu lugar no processo de aprendizagem de discentes surdos, exercendo o seu papel de discutir mecanismos que garantam uma cultura inclusiva e de qualificar efetivamente a formação de seus discentes.

Segundo Rocha e Miranda (2009, p. 202):

[...] o papel social da universidade é fundamental, ela não poderá ser indiferente à diferença, é necessário que se busque um processo educacional mais justo e democrático. [...] Contudo, aspectos legislativos, como as normas apenas, não vão

dar conta da demanda para o setor, é preciso políticas públicas dirigidas com investimentos na qualificação de professores, e recursos tecnológicos, além da assistência estudantil nas universidades públicas em especial, para que se possa garantir a permanência desses estudantes.

Desse modo, destaca-se a importância da tomada de iniciativa por parte da universidade com o intuito de eliminar as barreiras existentes. Assim, poderá garantir a oportunidade de participação com êxito nas atividades acadêmicas e pedagógicas, pois, do contrário, está negando o direito sociolinguístico do outro, assim como desconsidera suas potencialidades (MONTEIRO, 2018).

Nesse sentido, nos debruçamos, neste artigo, a analisar como ocorre a participação de discentes surdos na universidade, mas com enfoque na participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo como base as falas de estudantes surdos presentes nas produções científicas selecionadas nesta pesquisa. Como já descrito na seção que aborda a metodologia do presente estudo, analisaremos apenas 1 trabalho, uma vez que o mesmo foi selecionado por conter falas diretas dos estudantes surdos.

Refere-se ao trabalho selecionado a dissertação de Douglas Henrique da Silva Nascimento (2020) intitulada “Eliminando Barreiras: as percepções da implementação do Programa Incluir no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE”. A referida dissertação objetiva analisar os desafios da acessibilidade e da implementação do Programa Incluir no Campus Recife da UFPE, cuja metodologia é de caráter quantitativo e qualitativo, combinando estatística descritiva e análise textual discursiva, e os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada com a participação de discentes com deficiência, docentes e a gestão do Núcleo de Acessibilidade. Um dos participantes que compõem o quadro amostral da pesquisa de Nascimento é surdo.

Não é surpreendente que a educação de surdos, no âmbito universitário, esteja permeada de desafios e barreiras que impedem o pleno desenvolvimento intelectual, cultural, social e científico. Esse cenário

reflete a falta de preparo, em alguns aspectos, da universidade em termos pedagógicos e metodológicos para atender às necessidades específicas desses estudantes. Tal fato pode ser comprovado a partir do relato do discente 09:

Meus prejuízos eu sempre tive, por exemplo, tem alguns professores que não fazem essas adaptações, aí algumas vezes a gente não compreende o que ele está trabalhando, se pelo menos algumas atividades fossem feitas em Libras ficaria mais viável, [...], a gente sempre fica nessa dependência do intérprete. Para os alunos ouvintes é fácil, que estão ali ouvindo na hora, mas pra nós, surdos, é muito complicado, e os professores algumas vezes não colaboram com o processo. (Fala extraída da pesquisa de Nascimento, 2020, p. 95).

López Melero (2012) identifica três barreiras que dificultam ou impedem a participação dos sujeitos na construção do conhecimento e sua aprendizagem na instituição de ensino, são elas: as Políticas (regulamentos contraditórios), a Cultural: (conceitual e atitudinal) e a Didática (ensino-aprendizagem).

Essas barreiras são frequentes na vida acadêmica de estudantes surdos, tendo em vista que, apesar dos avanços em certos aspectos, há ainda uma discrepância entre o que propõem as políticas educacionais e linguísticas e a realidade educacional de estudantes surdos. Além disso, muitos profissionais da Educação Superior carecem de conhecimento e compreensão sobre as especificidades educacionais e as potencialidades dos discentes Surdos. Sendo assim, a falta de comprometimento em entender o estudante surdo e desenvolver atividades que estimulem o seu aprendizado pode ocasionar prejuízos inclusive na sua participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

A esse respeito, Lacerda (2023) nos salienta sobre quão determinante é o papel dos docentes e dos tradutores/intérpretes de Libras-Português no processo de inclusão de estudantes surdos na Educação Superior. Além disso, infere que inúmeros são os desafios que perpassam a trajetória acadêmica dos estudantes surdos, ocasionados principalmente pela ausência do ensino de Libras na Educação Básica e avanços legais

relacionados à educação. Destaca ainda, a importância de práticas colaborativas e adaptações pedagógicas que facilitem a aprendizagem, além da necessidade de capacitação dos professores e estratégias por parte dos intérpretes cujo intuito é garantir a compreensão dos conteúdos e o respeito às diferenças, oportunizando uma educação em igualdade de oportunidades e a inclusão social e acadêmica.

Quando questionado sobre os programas de pesquisa e extensão da UFPE, o discente 09 respondeu da seguinte forma:

Não tem, que eu conheça não tem. Eu pelo menos nunca vi e nunca foi proposto a mim. (Fala extraída da pesquisa de Nascimento, 2020, p. 97).

O discente supracitado afirma que não conhece nenhum programa de pesquisa e extensão e que nunca foi apresentado a ele. Conforme explica Nascimento (2020), para esses alunos que foram entrevistados, fazer parte de um grupo de estudo e pesquisa e participar de atividades extraclasse é uma realidade ainda distante, sendo que alguns relatam a falta de comunicação e informação que os impede de participar de projetos de pesquisa e extensão e, ainda demonstraram a falta de interesse em participar dessas atividades.

Vale ressaltar que a falta de comunicação e informação também é uma das razões que contribuem para a falta de interesse em participar de atividades acadêmicas por parte desses discentes. A falta de comunicação e informação acessível inerente aos projetos de ensino, pesquisa e extensão é negar o direito de saber a oportunidade que esses projetos podem oferecer aos estudantes no sentido de produzir conhecimento científico e desenvolver habilidades e competências necessárias para a área de atuação.

[...] pode-se afirmar que a entrada de alunos surdos na universidade, segundo as respostas dos colaboradores, é um sonho que, para alguns, nem existia no horizonte de suas vidas. A entrada deles no universo acadêmico descortinou possibilidades jamais pensadas, o que acontece quando percebem pessoas surdas que conseguiram ascensão social, inclusive

muitos que hoje são seus professores universitários (SANTOS, *et al.* 2021, p. 450).

A nosso ver, a ausência de mecanismos que favorecem a participação de estudantes surdos nos mais diversos ambientes que compõem a universidade se converte em um frágil processo formativo, que, como apontado acima, representa um forte aliado para uma emancipação e ascensão social desse grupo historicamente marcado pela desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões acerca da presença de pessoas surdas na Educação Superior destacam a importância do acesso a essa etapa educacional, mas também na oferta de mecanismos que oportunizem uma participação, permanência e aprendizagem dentro do ambiente universitário, o que consideramos basilar para uma boa formação acadêmica e profissional.

No contexto desta pesquisa, consideramos de fundamental importância a participação dos estudantes surdos nas atividades acadêmicas, reconhecendo suas potencialidades e contribuições para o desenvolvimento do conhecimento científico, visto que a universidade desempenha um papel crucial ao discutir caminhos que garantam uma cultura inclusiva e comprometida com a qualificação e a formação dos discentes independentemente da configuração de seus corpos.

Entretanto, estudos como o nosso apontam que os documentos legais por si só são insuficientes para atender às demandas dos educandos surdos; são necessárias políticas públicas e institucionais específicas, investimentos em capacitação de professores, recursos tecnológicos, ensino bilíngue e assistência estudantil, assim como o estímulo à pesquisa e desenvolvimento de projetos acadêmicos para assegurar a permanência e a participação desses estudantes surdos na universidade, em consonância com os documentos legais vigentes.

A nosso ver, o despreparo pedagógico e metodológico no contexto da Educação Superior que atende às necessidades específicas dos estudantes

surdos, resulta em desafios e barreiras que limitam seu desenvolvimento intelectual, cultural, social e científico.

Nesse sentido, a partir do aporte teórico deste capítulo, como também, da seção de análise dos dados que explicitam as considerações/relatos dos estudantes surdos, destacam a indispensável presença de intérpretes, como também uma eficaz formação docente, a fim de que estes possam elaborar aulas verdadeiramente inclusivas, possibilitando um maior engajamento e compreensão das atividades por parte destes discentes.

Entre as barreiras identificadas, destacam-se aquelas que versam sobre questões políticas, conceituais/atitudinais e didáticas, as quais se constituem em obstáculos frequentes na vida acadêmica dos estudantes surdos, explicitando a discrepância entre as políticas educacionais e a realidade enfrentada por esses estudantes.

Diante disso, ressaltamos o papel dos docentes e dos intérpretes de Libras/Língua Portuguesa para a inclusão dos estudantes surdos na Educação Superior. É necessário desenvolver práticas colaborativas e pedagógicas adequadas e capacitação docente e a garantia de intérpretes para uma educação inclusiva e de qualidade.

Os relatos dos estudantes evidenciam a falta de programas de pesquisa e extensão acessíveis e a ausência de informações sobre essas oportunidades, o que contribui para a falta de interesse e participação dos estudantes surdos nessas atividades acadêmicas. Em suma, é fundamental superar as barreiras, cujo intuito é garantir a inclusão plena dos estudantes surdos na Educação Superior, proporcionando oportunidades equitativas de participação nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.

Finalmente, desejamos que esta pesquisa suscite, na comunidade universitária, uma reflexão acerca das necessidades específicas dos discentes surdos, cujo número de matrículas cresce a cada ano no Brasil, a fim de que se invista a cada dia mais em políticas institucionais mais aten-

tas a realidade em que vivem, com o propósito de tornar a universidade um espaço equânime.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino; RODRIGUES, Carlos Henrique. As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas educacionais. **Bakhtiniana: Revista De Estudos Do Discurso**, v. 13, n. 3, 2018, 15-41.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. **Decreto nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador Programa Incluir** – Acessibilidade na Educação Superior. Secadi/Sesu-2013. Brasília/DF, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/programa-incluir>. Acesso em: 29 out. 2025.

CAMPELLO, Ana Regina. REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92.

CHESANI, Fabiola Hermes. *et al.* A indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa: o tripé da universidade. **Revista Conexão UEPG**, v. 13, n. 3, p. 452-461, 2017.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para estudantes surdos: contribuições ao letramento acadêmico no ensino superior. **Educar em Revista, Curitiba**, Brasil, n. especial 3, p. 127-150, dez. 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, p. 57-63, 1995.

GUIMARÃES, Maria Cecília Alvim; BORGES, Adriana Araújo Pereira; PETTEN, Adriana M. Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: Da Educação Básica ao Ensino Superior. **Revista brasileira de educação especial**, v. 27, 2021.

LACERDA, C. B. F. de. A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos. **Cadernos CEDES**, v. 20, n. 50, p. 70-83, 2000.

LACERDA, C.B.F. O intérprete educacional de Língua de Sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A.C.B; HARRISON, K.M.P; CAMPOS, S.R.L; TESKE, O.(orgs). **Letramento e minorias**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003. p. 120-128

LACERDA, Maria Regina Granato Pimenta. **Processo de inclusão de um estudante surdo universitário na educação superior pública: diálogos e práticas colaborativas**. 2023. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2023.

LEANDRO, Rute da Silva. **Políticas públicas de acesso e permanência de discentes surdos ou com deficiência auditiva no ensino superior: estudo na Universidade Federal do Cariri**.

2023. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública. Natal, RN, 2023.

LÓPEZ MELERO, Miguel. La escuela inclusiva: una oportunidad para humanizar-nos. Universidad de Zaragoza. Zaragoza, España, **Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado Site externo**, v. 26, n. 2, agosto, 2012, p. 143-145.

MAIOR, Izabel Maria Madeira Loureiro de. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, 2017.

MASCARENHAS, Matheus da Silva. **A formação acadêmica de estudantes beneficiários/as da assistência estudantil**: o acesso ao tripé ensino, pesquisa e extensão na UFBA em 2020. 2021. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

MONTEIRO, Myrna Salerno. Mestres e Doutores Surdos: sobre a crescente formação especializada de pessoas surdas no Brasil Site externo. Centro Virtual de Cultura Surda. **Revista Virtual de Cultura Surda**. Edição nº 23, maio de 2018.

NASCIMENTO, Douglas Henrique da Silva. **Eliminando barreiras**: as percepções da implementação do Programa Incluir no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. 2020. 138 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Recife, 2020.

PAIXÃO, Emanuelle Monteiro da; CARVALHO, Francisca Maria. PRÁTICAS DAS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPA PARA SURDOS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 1159-1178, 2022.

QUADROS, Ronice Muller de. **Libras** (Linguística no Ensino Superior). 5. Ed. São Paulo: Parábola, 2019.

REILY, Lucia Helena; OLIVEIRA, Márcia Regina Nepomuceno dos S. Práticas musicais com alunos surdos na extensão universitária: acesso e participação. **Crítica Educativa**, v. 1, n. 2, p. 127-141, 2015.

ROCHA, Thelma B.; MIRANDA, Theresinha G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 22, n.34, p. 197-212, 2009.

SANTOS, Valdiceia Tavares dos. *et al.* Direitos linguísticos dos surdos no âmbito da educação superior. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 435-453, 2021.

VICENTE, Welder Rodrigo. **Estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro**: uma análise censitária das matrículas nas instituições federais. 2023. Tese, Doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação - Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Jomtien, 1990. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/9970>>. Acesso em: 29 out. 2025.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>. Acesso em: 29 out. 2025.